



Art. 1o - Fica concedido o regime especial de substituição tributária nº 09/008/2002, de 13/05/2002, sendo o contribuinte BROSE DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 02.258.243/0001-50 identificado na condição de SUBSTITUTO, nos termos do art. 11 da IN nº 113, 14/09/1999, relativamente às aquisições, junto ao contribuinte POLI PMI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 03.977.372/0001-60, identificado na condição de SUBSTITUIDO, dos produtos indicados no quadro "A", a serem utilizados na industrialização dos produtos indicados no quadro "B".

QUADRO A - Produtos a adquirir com suspensão do IPI		
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDI- GO/TIPI	ALÍ- QUOTA
Placa moldada para automóveis	3926.90.90	15%
Amortecedor de espuma para automóveis	3926.90.90	15%
Anel de vedação para automóveis	3926.90.90	15%
QUADRO B - Produtos fabricados pelo contribuinte substituto		
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDI- GO/TIPI	ALÍ- QUOTA
Sistema levantador de vidros	8708.99.90	5%

Art. 2º - Este ato produzirá efeitos a partir do sexto dia, inclusive, ao da sua publicação (§ 4º do art. 11 da IN nº 113, de 14/09/1999).

MARCELO CALHEIROS SORIANO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.800, DE 9 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida ao Sr. MOSES DODO, C.P.F. nº 048.092.558-59, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.807, DE 9 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida ao Sr. FERNANDO DE ARRUDA BOTELHO, C.P.F. nº 067.384.608-30 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.808, DE 9 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida ao Sr. ILDEBRANDO CRISÓSTOMO DA SILVA FILHO, C.P.F. nº 044.272.547-72 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.809, DE 9 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida a CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.N.P.J. nº 96.348.875 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.810, DE 9 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida a BBV CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.N.P.J. nº 61.923.504 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.818, DE 16 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela, a pedido, a autorização concedida a SENIOR ASSESSORIA E CONSULTORIA S.A., C.N.P.J. nº 69.018.810 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

LUÍS FELIPE MARQUES LOBIANCO  
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 6.819, DE 17 DE MAIO DE 2002

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a FUTURO CORRETORA DE VALORES LTDA, C.N.P.J. nº 27.652.684, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

LUÍS FELIPE MARQUES LOBIANCO  
Em exercício

(Of. El. nº 375)

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA  
NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE  
CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Recursos da 32ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no Edifício Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizado à Rua Buenos Aires 256, 4º andar - Centro - Rio de Janeiro (RJ).

DIA 29 DE MAIO DE 2002, ÀS 10:00 HORAS.

RECURSO Nº 0270 - Processo SUSEP nº 15414.000157/98-64 - Recorrente: BMC Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra; Revisor: Conselheiro Ricardo Bechara Santos.

RECURSO Nº 0306 - Processo SUSEP nº 10.001017/99-32 - Recorrente: América Latina Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra; Revisor: Conselheiro Francisco José Magalhães Luz.

RECURSO Nº 0316 - Processo SUSEP nº 10.001566/99-71 - Recorrente: Companhia Paulista de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra; Revisor: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos.

RECURSO Nº 0473 - Processo SUSEP nº 10.001540/99-87 - Recorrente: Bancred Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos; Revisora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra.

RECURSO Nº 0536 - Processo SUSEP nº 10.001203/99-17 - Recorrente: Trevo Banorte Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra; Revisor: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos.

RECURSO Nº 0545 - Processo SUSEP nº 10.004094/99-90 - Recorrente: Real Previdência e Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos; Revisor: Conselheiro Henrique Jorge Duarte Brandão.

RECURSO Nº 0572 - Processo SUSEP nº 10.000662/00-34 - Recorrente: Santos Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Ricardo Bechara Santos; Revisora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra.

RECURSO Nº 0664 - Processo SUSEP nº 10.004092/99-64 - Recorrente: Minas Brasil Seguradora; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Jorge Duarte Brandão; Revisor: Conselheiro Wagner Nannetti Dias.

RECURSO Nº 0728 - Processo SUSEP nº 10.000656/00-31 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Ricardo Bechara Santos; Revisor: Conselheiro Francisco José Magalhães Luz.

RECURSO Nº 0742 - Processo SUSEP nº 005-0740/99 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Jorge Duarte Brandão; Revisor: Conselheiro Wagner Nannetti Dias.

RECURSO Nº 0755 - Processo SUSEP nº 10.001415/00-09 - Recorrente: Áurea Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Ricardo Bechara Santos; Revisora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra.

RECURSO Nº 0902 - Processo SUSEP nº 10.001820/01-08 - Recorrente: Interbrazil Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Lucylene Lemos Guerra; Revisor: Conselheiro Wagner Nannetti Dias.

RECURSO Nº 0904 - Processo SUSEP nº 10.004972/00-73 - Recorrente: Marítima Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Henrique Jorge Duarte Brandão; Revisor: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos.

RECURSO Nº 1065 - Processo SUSEP nº 10.004903/00-51 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Ricardo Bechara Santos; Revisor: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos.

RECURSO Nº 1084 - Processo SUSEP nº 005-849/00 - Recorrente: Itaú Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Guilherme Baldan Cabral dos Santos; Revisor: Conselheiro Wagner Nannetti Dias.

RECURSO Nº 1112 - Processo SUSEP nº 10.001842/01-32 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Wagner Nannetti Dias.

Observação: segundo o disposto no § 3º, do artigo 18 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, “nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação”.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2002.

LUCYNELES LEMOS GUERRA  
Presidente

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS  
Secretária Executiva

(Of. El. nº 88)

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 13 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre o capital mínimo das sociedades seguradoras e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar constituídas sob a forma de sociedades por ações, e dá outras providências.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP nº 14, de 3 de dezembro de 1991, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em Sessão Ordinária realizada nesta data, na forma do que estabelece a Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, os incisos II e XI do art. 32 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 74, c/c os incisos III e V do art. 3º, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando o que consta do processo CNSP nº 2, de 7 de maio de 2002 - na origem, processo SUSEP nº 10.006457/99-12, de 29 de dezembro de 1999, resolve:

CAPÍTULO I  
DA SOCIEDADE SEGURADORA AUTORIZADA A OPERAR

NOS RAMOS ELEMENTARES

Art. 1º O capital mínimo da sociedade seguradora autorizada a operar no grupamento de seguros dos ramos elementares em todas as regiões do País não poderá ser inferior a R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais).

Art. 2º O capital mínimo será constituído de parcela fixa correspondente à autorização para atuar nos ramos elementares e de parcela variável para operação nos mesmos ramos em cada uma das regiões do País.

§ 1º A parcela fixa do capital mínimo exigido para autorização de funcionamento de sociedade seguradora será de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 2º A parcela variável do capital mínimo exigido da sociedade seguradora deverá obedecer aos valores da tabela abaixo, de acordo com as regiões do País em que opere ou venha a operar:

REGIÃO	Unidades Federação	da	R\$
1ª	AM,PA,AC,RR,AP,RO		120.000,00
2ª	PI,MA,CE		120.000,00
3ª	PE,RN,PB,AL		180.000,00
4ª	SE,BA		180.000,00
5ª	MG,GO,DF,ES,TO,MT,MS		600.000,00
6ª	RJ		1.800.000,00
7ª	SP		2.400.000,00
8ª	PR,SC,RS		600.000,00
NACIONAL			6.000.000,00

Art. 3º A não integralização do capital mínimo nos prazos e condições fixados nesta Resolução sujeitará a sociedade seguradora à penalidade prevista no § 2º do art. 1º da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970.

Art. 4º Fica vedada à sociedade seguradora a comercialização, sob qualquer forma de distribuição, de produtos em unidades da federação em que não esteja autorizada a operar, sem prejuízo do disposto no art. 127 do Decreto Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.